

Projeto de Decreto, projeto de lei número 1084 de 2023 de poder executivo.

Discussão em turno único do projeto de lei número 1084 de 2023 que altera a lei número

10.891 de 9 de julho de 2004 para garantir as atletas gestantes ou pômperas.

No âmbito da Bolsa Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que a protegem, pendentos de

parecer das comissões de defesa dos direitos da mulher, do esporte de finanças e tributação

e de constituição de justiça e de cidadania, para oferecer parecer ao projeto pelas comissões

de defesa dos direitos da mulher, de esporte, de finanças e de tributação, de constituição

de justiça e de cidadania, concedo a palavra a deputada Nelly Aquino.

Pilar Ode, Sr.

Presidente.

Pilar Ode, deputado Orlando.

Presidente, pode aumentar um pouco o som, presidente, por favor?

Presidente, eu considerando a pauta que prevê a votação, logo após que nós encerremos

o exame desses dois projetos que têm urgência constitucional, é o projeto de lei 2630,

cujas urgência foi aprovada na semana passada, eu queria levantar uma preocupação para

o Vosso Excelência.

Eu fiz agora há pouco uma reunião com a bancada do Podemos, um pouco antes uma reunião com

a bancada do partido Solidariedade.

Tive um pouco antes o encontro, presidente, com o representante da bancada do partido

dos trabalhadores e tenho recebido uma série de propostas para inclusão no parecer publicado

na última quinta-feira, um parecer que cumpriu o prazo definido pelo Colégio de Líderes

e que permitiu que as diversas bancadas pudessem conhecer o conteúdo da primeira volta de conversas,

presidente, com as diversas bancadas aqui dessa casa.

Como o senhor sabe, no parecer publicado quinta-feira, eu retirei a ideia de termos uma entidade autônoma

de supervisão e especulamos hoje, durante todo o dia, sobre alguns caminhos alternativos

para que a lei tenha um mecanismo de fiscalização e que se faça cumprir a lei, aplicando, inclusive,

sanções.

Mas ocorre, presidente, que mesmo após todos esses encontros e ouvindo todas essas bancadas,

nós não tivemos, eu assumo como a minha responsabilidade de relator, tempo útil para

examinar todas as sugestões.

Eu gostaria de fazer...

– O que é de liderança do PL, seu presidente?

– Eu gostaria de fazer, presidente, um apelo à vossa excelência, se

vossa excelência,
consultando os líderes ou usando a prerrogativa de presidente, se
pudesse retirar da pauta
de hoje, para que pudéssemos consolidar a incorporação de todas as
sugestões que
foram feitas, de modo a que possamos ter uma posição que unifique o
plenário da Câmara
dos Deputados, no movimento de combater desinformação, garantir
liberdade de expressão, responsabilidade
para as plataformas e transparência na internet.
Esse é um tema, presidente, que não é do governo, nem é da oposição.
É um tema do Brasil.
E aqui no preterno, presidente, me permita fazer a gincana, mas
produzir o melhor texto
possível.
Por isso faço o apelo à vossa excelência.
Eu sei que hoje, na reunião dos líderes, a maioria das bancárias
sinalizou que votássemos
hoje, mas como relator, quero fazer apelo à vossa excelência para
que tenhamos tempo
de produzir o resultado que unifique o plenário da Câmara dos
Deputados.
Muito obrigado, presidente.
Ainda vou ver o dia que essa Câmara vai aprender a se comportar.
Mas vamos lá.
Eu queria, antes de passar a leitura, porque tem relatora.
O deputado Anelie está em plenário?
Tem relatora para ler o relatório do projeto 1084.
Eu queria ouvir rapidamente os líderes a respeito da pedida do
deputado Orlando Silva para poder
pontuar, apesar de que a pauta é prerrogativa do presidente da Casa.
Então colocar ou não colocar é prerrogativa do presidente da Casa.
Eu estou sendo justo com o país, não com radicalismos.
Então, eu chamo de novo a tribuna, deputada Anelie, e queria ouvir
os líderes da Casa,
portanto chamando os líderes a plenário.
Líderes da Casa que se encontram na Casa, venham a plenário.
Eu queria dividir com os senhores e senhoras a decisão que tomarei
daqui a pouco, se nós
vamos votar o PL ou retirá-lo de pauta no dia de hoje.
Deputada Anelie, por favor, a palavra está com vossa excelência
enquanto os líderes
chegam a plenário.
Então, esse projeto que a deputada vai apresentar aparecer agora,
projeto de lei número 1084
de 2023, tem o objetivo de garantir aos atletas, gestantes ou
puérperas que recebam o Bolsa
Atleta o respeito, portanto, à maternidade e aos direitos
relacionados a ela, as proteções
que existem sobre a questão da maternidade, mas para manter,
portanto, o benefício relacionado
a o Bolsa Atleta para gestantes e puérperas que estão atuando no
âmbito desse programa.
Em relação ao projeto de lei de enfrentamento às fake news, o

deputado Orlando Silva, que
o relator pediu mais tempo para poder incluir no texto sugestões de
demais parlamentares,
e aí agora o presidente Arthur Lira ouvirá os demais líderes e
tomará decisão se mantém
o projeto para hoje ou se vai haver um adiamento em relação à
decisão final sobre esse projeto.
Deputada Anelie, agora para fazer a leitura do parecer do projeto de
lei 1084 de 2023
para garantir as atletas gestantes ou puérperas no âmbito do Bolsa
Atleta, respeito à maternidade
e aos direitos relacionados a isso.

Ao voto.

Considero meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em
vista a necessidade

de se garantir o pleno exercício da maternidade das atletas
beneficiadas pelo programa Bolsa

Atleta, bem como de se oferecer em melhores condições para o
desenvolvimento esportivo

dos atletas de forma que seja possível conciliar o exercício da
prática esportiva com a maternidade.

A proposição demanda alguns reparos a serem feitos por meio de
emenda de redação.

A. Na redação proposta no artigo 4, B. Parágrafo segundo, faltou
identificar que o capute referido

é o do artigo 4, A, onde está especificado o prazo de concessão da
Bolsa Atleta.

B. Na redação proposta para o artigo 4, B. Parágrafo quinto, há
equívoco referente

ao prazo previsto no parágrafo 7, pois o parágrafo 7 não trata de
nenhum prazo,

mas da concessão dos direitos das gestantes e por herpérias também
para hipótese de

adoção.

C. Na redação do artigo 4, B. Parágrafo 7, garante-se que, para
adoção dos direitos

reconhecidos no artigo 4, B, e deixe-se de fora prioridade para a
renovação da Bolsa

Atleta concedida na nova redação do artigo 4, A, para as gestantes e
por herperas.

Dada a preocupação do projeto em equiparar a hipótese da adoção às
gestações e por

herpéria.

Podemos que foi um lápcio e que a inclusão é coerente com o projeto.

Relativamente, a compatibilidade e adequação financeira e

orçamentária do projeto, cabe

se ressaltar que o regimento interno da Câmara dos Deputados e a
norma interna da Comissão

de Finanças e Tributação, definem que o exame de compatibilidade ou
adequação far-se

há por meio da análise e da conformidade da proposição com plano
plurianual, a lei

de diretrizes orçamentares e o orçamento anual.

Além disso, a NI prescreve que também nortearão a análise e outras

normas pertinentes à receita e despesas públicas.

São consideradas como outras normas, especialmente a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O artigo primeiro do parágrafo primeiro da NI define como compatível a proposição

que não conflite com as normas do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias, da lei

orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor. E como adequada a proposição que se adapte, se ajuste ou seja abrangida pelo plano plurianual

para a lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

Em adição, o artigo primeiro, parágrafo segundo da NI prescreve que se sujeitam obrigatoriamente

ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições

que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer

modo sobre os respectivos orçamentos.

Sua forma ou seu conteúdo.

No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentárias e financeiras, o artigo nono

da NI determina que se deve concluir o voto final que a comissão não cabe afirmar a proposição

é adequada ou não.

O poder executivo apresenta que o aumento de despesa referente à proposição seria

de R\$ 1.090.429,50.

No valor total pago as bolsas, que não representam nenhum por cento do valor total da dotação

orçamentária atual da ação 09HW, sendo possível que este acréscimo orçamentário

seja devidamente suportado pela ação 09HW nos próximos exercícios 2023, 2024 e 2025.

O parágrafo segundo do artigo 132 da Lei 14.436 de 09 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes

Orçamentárias para 2023, estabelece que fica dispensado atendimento ao disposto nos ensios

1 e 2 do caput.

Apresentar compensação do aumento de despesa.

A proposição legislativa que reduz a receita ou a aumento de despesa, cujo impacto seja

de até 1 milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022.

A receita corrente líquida para 2022, de acordo com o relatório de gestão e em foco da

União foi de 1.253.400 bilhões, portanto, 1 milésimo por cento da receita corrente líquida

seria 12.534 milhões.

Além disso, os direitos reconhecidos atletas gestantes estão sujeitos à disponibilidade

financeira orçamentária.

Dessa forma, a proposição deve ser considerada adequada financeira e orçamentariamente.

Quanto à constitucionalidade do projeto, observamos que não existe qualquer objeção

quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto de lei 1.084/2023.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais

concernentes à competência legislativa

da União, às distribuições do concreto nacional e à legislação de iniciativa parlamentar

nos exatos termos dos artigos 24 e CISU 9/4861, todos da

Constituição da República.

No que respeita a constitucionalidade material, também a harmonia entre as alterações propostas

com as disposições da lei maior.

Com relação à juridicidade, o projeto releva-se adequado, o meio escolhido é apropriado para

atingir o objetivo pretendido.

O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais

do direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição se amolda aos

preceitos da Lei Complementar

nº 95 de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação de leis.

Conclusão do voto.

Ante o exposto no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da

Mulher, somos pela aprovação

da Lei nº 1.084 de 2023.

Na Comissão de Esportes, somos pela aprovação do projeto Lei 1.084 de 2023.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação financeira

orçamentária do projeto de lei 1.084 de 2023.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, somos pela

constitucionalidade,

juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei nº 1.084 de 2023, com as emendas

de redação anexas.

Muito obrigada, presidente.

Os líderes já em plenário, passa-se a discussão para discutir a favor do deputado

Aglase Hoffmann.

Obrigada, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Hoje é um dia muito importante para essa casa.

Discutimos dois importantes projetos de lei que têm a ver com a vida das mulheres.

Esse projeto agora, que foi relatado pela deputada Nelia Aquino, que concede às atletas

do Bolsa Atleta no período de gestação o direito à licença,

maternidade e remuneração,

e também o projeto de equiparação salarial.

Dois projetos muito importantes.

Quero enaltecer aqui o governo do presidente Lula por essas duas

iniciativas.

Vivemos tempos diferentes.

Saímos daquele tempo tenebroso em que as mulheres eram atacadas, desrespeitadas, em que Bolsonaro dizia que a mulher tinha que ganhar menos exatamente porque ela tinha gestação, podia ser mãe, que não empregaria mulheres com o mesmo salário, enfim, de um desrespeito

total para um governo onde as mulheres são respeitadas.

Não só em relação a ter projetos de lei como esses que estão aqui hoje na casa, mas

também no resgate de políticas tão importantes que foram no dia 8 de março anunciadas para as mulheres brasileiras.

E aliás, o primeiro passo começou já no resgate do Ministério das Mulheres.

O Ministério das Mulheres voltou.

Num país em que mais de 50% da população são mulheres, não tem justificativa a ausência de um órgão tão importante.

Mas além disso, os programas e projetos como a Casa da Mulher Brasileira, o reforço do

Disque 180 e outros programas que combatem a violência contra a mulher.

E no dia agora, 1º de maio, quando o presidente anuncia o aumento real do salário mínimo

que passa esse ano para 1.320, mas com uma política continuada de valorização real,

nós sabemos que a grande parte dos trabalhadores atingidos são as trabalhadoras, que ganham

em sua maioria, pelas funções que ocupam, o salário mínimo.

Então eu quero enaltecer aqui o governo do presidente Lula, um governo com sensibilidade,

um governo que respeita as pessoas, um governo que respeita as mulheres, muito diferente

daquele governo que nos antecedeu, que só gerou violência, desrespeito, aumentou a

violência contra a mulher e nunca foi capaz de mandar um projeto de lei aqui que reconhecesse

o papel das mulheres no desenvolvimento desse país e também valorizasse as mulheres frente

aos serviços que nós precisamos e às políticas públicas.

Então parabéns, presidente Lula, que essa semana o senhor colocou ao Brasil pautas muito

importantes e hoje nós temos a honra e o orgulho de votar dois projetos muito importantes

para nós mulheres.

Para discutir o contrário, deputada Bília Brunini.

Para discutir a favor, deputada Alice Portugal.

Esse é um projeto da maior importância para o esporte brasileiro.

O Ministério do Esporte foi extinto do governo anterior, do inominável, do apedeuta do Bolsonaro.

Você acabar o Ministério do Esporte é algo inimaginável num país que realizou uma Copa

do Mundo e que tem pretensões de realizar novamente.
Num país que erigiu políticas públicas nos governos de Lula, que garantiu, por exemplo, o programa segundo tempo, uma visão de inclusão social pelo esporte. A expectativa de que uma criança do contraturno das aulas possa ter o seu tempo ocupado para que nós possamos ter craques de outro tipo. Esse projeto ele protege a mulher, aquela que recebe o Bolsa Atleta. Eu sou autora de uma lei que protegeu a pós-graduanda. E agora o governo traz um projeto de proteção à mulher que recebe o Bolsa Atleta e que possa ter direito à licença, maternidade. Por isso é um projeto da maior relevância, que precisa ser aprovado e que outras medidas que pudermos elevar para garantir que o esporte brasileiro tenha uma feição de inclusão social e, ao mesmo tempo, produz efeitos no alto rendimento para do Brasil um país melhor, com mais inclusão social, com mais crianças abraçadas por políticas de Estado em nosso país.

Quero aproveitar esse tempo e ressaltar o trabalho que vem sendo realizado no Estado da Bahia através da Sudésbe, autarquia com autonomia administrativa e financeira, que é associada à Secretaria do Trabalho do seu organograma. Quero dizer que o trabalho de Vicente Lima Neto recebeu um prêmio da UNO com a realização de uma efetiva formação de inclusão social no futebol feminino entre crianças e adolescentes. Para benizar o governador Gerônimo por esse efeito e dar nota 10 a esse projeto que garante a proteção da mulher que hoje recebe o Bolsa Atleta. E vamos correr para votar o fim da fake news, para garantir segurança nas redes, para impedir o terrorismo, como que foi feito recentemente em relação à violência nas escolas brasileiras. Estou aqui para dizer não a mentira que inclusive ganhou a eleição no Brasil e não voltará. Para discutir a favor o deputado José Ildo Ramos. Senhora Fernanda Melpiona. Evidentemente aqui nós avançamos um direito para as mulheres atletas, o direito da licença maternidade para as mulheres que estão para a gente e garantindo igualdade e combatendo o machismo estrutural. O próximo projeto também pauta um tema de gênero com a questão da igualdade salarial entre homens e mulheres, embora tenha décadas na CLT muito distante da realidade brasileira. Óbvio que as duas votações nós faremos todo esforço para que ambos os projetos reconheçam e valorizem o papel e os direitos das mulheres brasileiras. Nós sabemos também que o povo brasileiro acompanha com atenção o

plenário na noite
de hoje que uma série de mobilizações da coalizão de direitos na
rede, dos slipjohns,
dos artistas buscando seus direitos autorais, de defensores das
liberdades democráticas
que lutam para garantir a censura de cinco grupos bilionários
internacionais que querem
interferir num país soberano, fazendo direcionamento, impulsionando,
referindo no debate público
de forma criminosa para seguir com lucros exorbitantes as custas da
nossa população.
E nós queremos dizer a todos que nos acompanharam que é preciso
seguir a luta e a mobilização,
que enquanto o relator busca incorporar as sugestões de bancadas, de
parlamentares
que se debruçam sobre o tema, nós temos um desafio social, um
desafio social de unificar
todos, todas e todes que sabem a necessidade de garantir
transparência, liberdade de expressão
para o usuário, mas combater os crimes, combater os crimes de
violência, combater os crimes
de ódio contra mulheres e contra a comunidade LGBT, combater a
desinformação que custa
vidas como custou, infelizmente, com o negacionismo da Covid
promovido por alguns, que custa vidas
como custou o linchamento de uma mulher da baixada santista, vítima
de uma fake news,
que custa vidas com um aplicativo, uma plataforma não querendo dar
dados de grupos neonazistas
que tinham vinculação com um ataque nas escolas, na creche de
Blumenau, que vitimou crianças.
Nós temos um desafio histórico que é garantir a segurança, a vida, a
liberdade de expressão
e as liberdades democráticas do nosso povo, combatendo o crime, a
apologia ao crime e
o neonazismo.
Nós seguiremos firmes nessa luta e nessa atuada.
Presidente, nobres colegas, deputados, deputadas, o projeto que vai
ser votado, que vai ser
votado nessa casa hoje, é uma grande vitória para as mulheres, para
a igualdade e para
a gente avançar no campo dos direitos.
As mulheres atletas agora poderão ter direito à licença maternidade,
sem prejuízo, de
deixar de receber o bolsa atleta.
Vão receber durante todo o período da gestação, sendo prorrogado até
seis meses depois do
nascimento da criança.
As mulheres também serão prioridade na destinação do bolsa atleta.
As mulheres grávidas também terão o seu rendimento, olhado o do ano
anterior, o do
ano anterior, para garantir que ela não caia no rendimento e nos
indicadores.
As mulheres grávidas também não terão a exigência de comprovação

plena do período
esportivo.

Isso garante a permanência das mulheres esportistas no mundo do esporte.

E nós temos exemplos de muitas campeãs, Brasil, mundo afora, que durante esta ação

ainda sim competiram e treinaram e depois de ser mãe o rendimento não caiu, mostrando

que as mulheres têm sim capacidade de ocupar todos os espaços.

Esse é um projeto do governo federal, construído pelo Ministério do Esporte, a nossa ministra

Ana Moser, junto com a nossa ministra das Mulheres, a ministra Cida.

Eu quero parabenizar o que significa uma grande vitória para as mulheres esportistas.

E nós seguiremos avançando com uma agenda de promoção de direitos das mulheres no esporte.

É isso que nós temos que fazer.

Ao invés de cair em ciladinha dizendo quem pode ou não competir, nós temos que construir

possibilidades e oportunidades para fortalecer todas as modalidades.

Eu estou aqui fazendo coro para que a gente ceda a Copa do Mundo de futebol feminino,

porque o nosso país tem potencial para isso.

Nós temos a melhor jogadora do mundo e vamos mostrar para o mundo

como é que se joga futebol

com as mulheres liderando o time.

Obrigada, presidente.

O Brasil voltou.

A valorização do salário mínimo voltou.

Ao aumento da faixa de isenção no imposto de renda voltou.

O combate à destruição do meio ambiente voltou.

E políticas para as mulheres voltaram.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós temos aqui um projeto de alta relevância, que é assegurar o direito das atletas de

serem mães, assegurar o direito à maternidade, que é arrancado na lógica sexista e machista

que perpetua-se neste país e que está sendo enfrentada pelo governo de Luiz Inácio Lula

da Silva.

Nós temos 61% das mulheres no mercado de trabalho.

As mulheres, jovens.

Mas quando as mulheres estão depois da maternidade, até um ano da maternidade, depois do nascimento

do filho, esse percentual cai para 47%.

Portanto, é preciso assegurar o direito à maternidade.

Assegurar que nós possamos enfrentar uma maternofobia que pune as mães e as mães trabalhadoras.

É preciso enfrentar essa lógica sexista, machista, que é construída com os fios do

paternalismo, do patrimonialismo, que faz com que o Brasil seja o quinto país do mundo

em feminicídio.

E que tenhamos que conviver com a violência que atinge as mulheres simplesmente por uma

construção de gênero que tenta subalternizar as mulheres.

E esta lógica de ódio precisa ser erradicada neste país, inclusive nas redes sociais.

Como é possível alguém vir aqui e defender que esta casa não enfrente o ódio destilado?

O ódio é mentira, que são destilados nas redes sociais.

Que não se responsabilize as plataformas como se houvesse uma permissão para o crime,

uma permissão para o ódio e o ódio, o discurso de ódio.

Ele ganha pernas, ele ganha pernas, ele invade as escolas e

assassina nossos meninos e meninas,

ele invade as casas e assassina as nossas mulheres.

Por isso, esta proposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi eleito

pelo povo brasileiro para favorecer as mães atletas, ela é uma proposição de quem quer

que nós tenhamos a liberdade de vivenciarmos uma humanidade espalhada por esse país.

E liberdade para viver uma humanidade pressupõe o combate às mentiras, pressupõe o combate

ao ódio, pressupõe o combate às fake news.

Para discutir, deputada, a sâmia é bom fim.

Esta proposta, ela beneficia as gestantes atletas que recebem o

Bolsa Atleta, mantém, por exemplo,

durante todo o período de gravidez a Bolsa, além de garantir também mais seis meses de

prorrogação, manter os rankings de rendimento anterior.

Deputada, a sâmia é bom fim.

De licença a maternidade para as atletas que usufruem do Bolsa Atleta hoje no Brasil.

Segundo a nossa constituição, homens e mulheres têm direitos iguais, mas a gente sabe que

não há igualdade de condição para que as mulheres participem de todos os espaços,

inclusive do próprio mercado de trabalho, deputada Benedita,

justamente pela dupla, pela

tripla jornada, inclusive há muitos empregadores que não pagam

salários iguais para homens

e mulheres, considerando já que elas têm essa dupla jornada, porque vão precisar se

ausentar em algum momento para cuidar de seus filhos.

E bem, a licença a maternidade foi uma conquista das mulheres brasileiras, mas que ainda não

é assegurada, não é assegurada para aquelas que estão na

informalidade, para aquelas que

estão sob regime de CLT, são de apenas quatro meses, para aquelas trabalhadoras intermitentes,

terceirizadas, esse direito não é cumprido e mais.

Se discute pouco no Brasil o conceito da parentalidade, que eu acho que é uma discussão que a gente

precisa enfrentar aqui no Congresso Nacional.

Eu sou autora de um PL que já avançou na Comissão do Trabalho e na

Comissão de Seguridade

Social, que é o Estatuto da Parentalidade, que prevê 180 dias de licença para todas

as formas de configurações para familiares, quando são duas mães, são dois pais, são

famílias adotivas, quando se trata de mães sola, que geralmente contam com a ajuda, com

a parceria, o companheirismo de uma outra mulher da sua família, para dividir os cuidados

desses primeiros meses de vida.

Todas essas configurações precisam ser asseguradas por lei.

Nós esperamos que nessa legislatura nós possamos avançar em todas essas modalidades.

Por isso eu queria saudar demais a iniciativa para a gente avançar com esse projeto do dia

de hoje.

É para as atletas, mas a gente pode depois discutir a totalidade das mulheres, das famílias

brasileiras, sobre tudo.

E também aproveitar esse tempo de um minuto para apelar para a necessidade da aprovação

do PL que combate as fake news.

Nós estamos falando de garantir um ambiente seguro e de liberdade do uso das redes sociais.

Porque hoje não há nenhum tipo de controle sobre a disseminação de fake news.

As plataformas acabam monetizando, lucrando sobre a disseminação de notícias falsas

e mais a grupos de ódio que praticam e organizam a prática de violência através das redes

sociais.

O atentado na Vila Sônia, em São Paulo, por exemplo, foi anunciado no Twitter no

mesmo dia e aí numa reunião com o Ministério da Justiça disse que não fere as regras

da comunidade.

Ora, mas fere a sociedade brasileira.

São os nossos jovens, são as famílias que estão em risco.

A gente precisa garantir liberdade e segurança nas redes.

Não se trata de censura, mas se trata de coerir práticas criminosas e de responsabilizar

as plataformas que ganham muito dinheiro no Brasil.

Para discutir a favor, deputado Guilherme Boulos.

Deputado Boulos.

Para discutir a favor, deputado João Daniel.

Para discutir a favor, deputado Biakis.

Presidente, esse projeto, ele é um projeto que merece ser aprovado, é um projeto que

vai trazer justiça para as atletas, aquelas que são gestantes, coérperas, que poderão

ser incluídas no rol de prioridade para a Bolsa Atleta.

É uma excelente iniciativa, fico feliz de poder, nesse momento, trabalhar, votar e fazer

essa discussão em prol das mulheres atletas.

É muito justo que se faça.

Mas como estamos falando também aqui de combate à desinformação, eu preciso combater a desinformação que veio do lado de lá.

E não foi pouca, não.

Ouvi dizer que este governo é o governo que prioriza as mulheres, que o governo do presidente

Bolsonaro não fazia nada pelas mulheres.

Tenha santa paciência.

No governo passado, se sancionaram mais de 70 leis, mais de 70 leis foram sancionadas

pelo presidente Bolsonaro em benefício das mulheres.

A então secretária, deputada, que era secretária da mulher, hoje, nossa vice governadora, deve

ser Lina Leão, celebrou, disse que nunca no parlamento brasileiro tantas leis em benefício

das mulheres foram aprovadas.

E eu estava aqui, tive a felicidade de participar de aprovação dessas leis.

Então, se é para acabar com a desinformação, vamos acabar com a desinformação, vamos parar de mentir.

O que não dá é para ficar mentindo e querer combater mentira nas redes sociais, mas subir na tribuna e mentir à vontade.

Mentir é mentir em qualquer lugar, na rua, no plenário, é nas redes sociais.

Agora, claro, parlamentar tem imunidade.

Não pode ser punido por mentir.

É bem verdade.

Mas se a onda agora é combater fake news, vamos ter honestidade, vamos falar a verdade.

Então, presidente, feliz porque podemos aprovar essa lei.

Hoje espero que ela seja aprovada e que as mulheres gestantes, coerbras, possam, sim,

ser incluídas no rol de prioridades para a bolsa atleta, possam não ter que cumprir

com todo tipo de exercício que tem que ser feito por um atleta, possam descansar e cuidar

dos seus filhos, ainda aqueles que sejam adotivos, porque o

benefício dessa lei não é só para

a mulher, é para a criança, que é aquela para quem devemos voltar os nossos olhos

em primeiro lugar.

Muito obrigada, senhor presidente.

Para discutir a favor, deputado Ayrton Faleiro.

E a favor, deputada Marilo Rosário.

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, esta matéria tem grande importância

para o esporte brasileiro, para as mulheres e para a maternidade.

Ela constitui aqui a valorização e a igualdade de possibilidades de seguir com o bolsa atleta

e garantir para as mulheres brasileiras a performance necessária, ainda que as questões

da maternidade, que devem ser vistas como dimensão de
responsabilidade coletiva, estejam
colocadas como um desafio para todos e todas nós, que queremos,
afinal de contas, que
as mulheres brasileiras continuem a brilhar em todos os esportes
como tem feito.
Senhor presidente, portanto, não há dúvida que acerta o Governo
Federal, acerta o presidente
Lula ao trabalhar e retomar o bolsa atleta e a valorização em todos
os sentidos para
o esporte brasileiro.
Quero, senhor presidente, dizer que esta matéria está colocada antes
de uma matéria
outra, que votaremos da maior importância para a democracia
brasileira.
E não tendo outra oportunidade talvez, dizer a este plenário que o
voto favorável ao PL
que enfrenta as fake news também será igualmente importante para o
Brasil, para a democracia
e para o povo brasileiro.
Me posiciono, sobretudo, como coordenadora da Frente Parlamentar em
Defesa dos Direitos
da Criança e do Adolescente, que compartilhe com a deputada Samia,
com a deputada Laura
Carneiro, com deputadas que defendem os direitos da infância.
E nós não podemos mais ver a utilização das redes sociais para a
forma mais vil e
abjeta de exploração, violência sexual e as formas pelas quais a
juventude brasileira
também é disputada pela violência e por ideologias vinculadas a
todas as formas de
ódio que não podemos aceitar.
Senhoras e senhores, nós estamos diante de um Brasil que quer
respostas objetivas.
Eu quero cumprimentar o presidente Arthur Lira pelo trabalho
desenvolvido de tentar unir
o parlamento em torno da democracia contra os atos antidemocráticos
que aconteceram
em janeiro.
Quero dizer aos senhores e senhoras que cumprimento também o relator
Orlando Silva pelo trabalho
realizado.
E dizer aos senhores e senhoras que nós estamos diante do seguinte
desafio, aqueles e aquelas
que têm certeza de que nós não devemos fazer a nossa pauta a partir
do interesse
de empresas transnacionais, mas que sabem que o parlamento deve ser
autônomo e defender
os interesses do Brasil e a Constituição sobretudo já estão
posicionados favoravelmente
também ao PL que enfrenta as fake news.
Muito obrigada.
Quando para discutir a favor, o deputado Alencança está na braga.
Presidente, colegas deputados, o projeto em pauta como o outro

projeto em urgência constitucional
são projetos que ao travar a pauta dão relevância a dois projetos
fundamentais que a casa inclusive
vinha tratando de um deles que é a igualdade salarial entre homens e
mulheres que exerce
a mesma função.

Este particularmente que estamos votando é o que garante a licença
gestante na prática
para as mulheres atletas, o que é o reconhecimento de um direito
constitucionalmente garantido
a todas as mulheres a sua maternidade.

Portanto me parece que não há dúvida nesse milenário sobre esse
direito e nós votaremos
aqui aprovaremos esse projeto e daremos uma resposta muito positiva
do parlamento brasileiro
a esta matéria.

Como também esperamos que também temos uma resposta muito positiva
ao projeto de lei
seguinte encaminhado pelo presidente Lula de igualdade salarial
entre homens e mulheres
e que nós já tratamos aqui durante alguns anos e não conseguimos
aprová-lo.

E é fundamental que tenhamos avanços para a pauta das mulheres, essa
pauta de gênero

tão decisiva para o Brasil e para as trabalhadoras brasileiras.

Mas eu gostaria também, nesse minuto e meio que me resta, avançar
aqui para dizer que

nós estamos muito próximos de fazer valer uma ação do parlamento
brasileiro que tem

que se impor na luta contra as big tax, na luta pela afirmação da
liberdade de expressão

contra o crime, o crime nas plataformas digitais e acabar com as
fake news de fora e de dentro,

aqui de dentro também desse parlamento, onde muitos parlamentares
reproduzem a mentira,

a inverdade e a submissão desse parlamento à ganância e ao poder
econômico dessas big

tax que fazem gerência aqui dentro para continuarem no cano de
trilhões em cima do crime contra

crianças, contra adolescentes, permitindo apologia à tortura,
permitindo apologia

contra o Estado democrático e direito, apologia ao racismo, apologia
à violência contra

as mulheres e apologia a crimes que a nossa Constituição não
permite.

O Projeto de Lei 2630 que é relatado pelo deputado Orlando Silva, em
nenhum momento,

ofende a liberdade de expressão, ofende a liberdade de manifestação,
mas ele impede

sim o crime.

Essa é uma questão planetária regulamentada e vai sim remunerar aos
jornalistas, vai se

remunerar aos artistas e vai enfrentar o crime sem ferir a liberdade
de expressão.

Para discutir a favor, deputada Ana Pimentel.

Senhor Presidente, a desigualdade entre homens e mulheres ainda é um marco na sociedade brasileira.

Nós sabemos que ela se expressa de diversas maneiras, seja na violência contra as mulheres,

seja na realidade do mundo do trabalho que ainda paga menos as mulheres por trabalhos

realizados iguais e seja no esporte, que é uma desigualdade ainda marcante.

O mundo do esporte ainda tem uma desigualdade marcante entre homens e mulheres.

Esse projeto de lei vai exatamente contribuir para que a realidade das mulheres atletas

seja equiparada à realidade dos homens atletas.

Nós sabemos que o esporte ainda é um universo marcadamente machista no Brasil.

Nós sabemos que as mulheres atletas recebem menos do que os homens, sabemos que elas

são vítimas de discriminação, preconceito, muitas delas inclusive preconceito racial

e explicitaram isso no último período.

Muitas delas sofreram crimes de ódio na internet inclusive.

Esse projeto de lei, ele vem equiparar uma realidade que é importantíssima, que é

o desejar ser mãe, as mulheres atletas possam receber a bolsa e conseguir manter a sua

carreira em alto nível de rendimento.

Nós sabemos como ele é fundamental para que as mulheres atletas que optam por ser

mães consigam continuar a sua trajetória dentro do esporte de alto rendimento.

Então, portanto, esse é um projeto muito importante que marca um compromisso do governo

Lula que tem sido essencial, que é de construir a igualdade entre homens e mulheres na nossa

sociedade.

E daqui a pouco, senhor presidente, vamos notar um projeto de lei que está amplamente

relacionado com esse, que é exatamente o projeto de lei que vai garantir condições igualitárias

para as mulheres e os homens na internet.

A verdade é que a regulamentação dos meios de comunicação proposta pelo PL 2630 vai

contribuir decisivamente para as mulheres, porque nós sabemos que o crime de ódio

é direcionado majoritariamente às mulheres na internet.

Crime que na nossa sociedade já acontece, mas que não acontece livremente na internet.

E é por isso que nós precisamos da regulamentação da internet para impedir que o ódio e a violência

que são disseminados hoje amplamente e ferem diretamente às mulheres seja impedido e seja

responsabilizado as empresas e plataformas que permitem que o crime de ódio aconteça

sobre as mulheres devem ser responsabilizadas.

E é só com regulamentação que nós teremos uma verdadeira democracia no ambiente.

Declare encerrar a discussão.

Eu queria aproveitar a presença dos líderes antes de deliberar e ouvir rapidamente os

líderes em plenário para que se posicionasse a respeito do pedido do relator do projeto

2630 sobre mais prazo para discutir com os partidos as emendas que foram oferecidas.

Líder do PL, deputado Alteneu, aliás, líder do bloco do Progressistas União Brasil e outros partidos.

Deputado Fufuca, deputado Delmar, qualquer membro do bloco.

Senhor presidente, é de consenso de todos que fica inviável hoje a consequente aprovação

ou tramitação dessa matéria para votação de todos.

O relator agora a pouco recebeu mais de 90 emendas para um projeto que muitos não conhecem

o texto, muitos querem se aprofundar nessa matéria e eu gostaria de, pela boa fé e pelo

bom entendimento, que nós pudéssemos adiar essa votação, retirar de pauta essa matéria

para que todos possam construir um texto que passe aqui com ampla maioria, que todos tenham

a certeza que estão votando o que é melhor não apenas para o Parlamento, mas também

para o Brasil.

Então, peço que seja retirada de pauta e é esse o encaminhamento do maior bloco da

casa da Câmara Federal do Brasil.

Deputado Hugo, pelo Bloco Republicanos, MDB, PSD, podemos.

Senhor presidente, dialogando com os demais líderes e, claro, internamente com as nossas

respectivas bancadas, nós primeiramente gostaríamos de cumprimentar o deputado Orlando Silva

pelo seu brilhante trabalho.

O deputado Orlando teve a capacidade de, ao longo do período dessa relatoria, ouvir sugestões,

aquecer na elaboração do seu texto, procurou ser um deputado

bastante acessível a todos

os deputados na construção do relatório.

Isso eu acredito que é unânime na casa a capacidade de diálogo que o deputado Orlando

teve, mas que, diante do fato da não possibilidade de termos

discutido a fundo o relatório,

e sim, mais uma vez, a matéria ter sido tratada por narrativas, que muitas vezes nem verdadeiras

são.

Acabaram por contaminar a discussão desse projeto.

Nosso bloco entende que deve haver sim uma regulamentação, nós devemos avançar nesse

tema em algum momento, porém, diante dessa contaminação acontecida, infelizmente, muito

pela polarização acontecida aqui dentro da casa, fruto do resultado ainda da eleição do ano passado.

Acredito que essa contaminação acabou inviabilizando a apreciação dessa matéria no dia de hoje.

Nós queremos, sim, presidente, discutir a fundo.

Não dá para deixarmos de regulamentar e de tratarmos a situação das plataformas digitais.

Porém, no dia de hoje, o bloco, atendendo o pedido do deputado Orlando e entendendo que

esse não é o momento, nós apoiamos a retirada de pauta do texto, ora sendo discutido.

Muito obrigado.

Presidente, a posição do PL é o desejo de votar a matéria hoje, conforme nós conversamos na semana passada.

A gente entende o deputado Orlando e respeita o posicionamento dos demais líderes, mas

o posicionamento do PL é de votar a matéria hoje.

Se a V. Ex. decidir por não votar a matéria hoje, a gente gostaria de pedir à V. Ex.

se tem uma data já marcada para votar essa matéria.

Tá, eu dou o Zé Canisselo.

Presidente, a bancada do PT quer, antes de mais nada, reconhecer o belo trabalho que

fez e está fazendo o relator Orlando Silva.

A ponderação que ele traz aqui, que já foi acompanhada por outros líderes de adiamento,

eu tenho certeza que é meritória terá aqui o nosso apoio, mas eu sei também e quero

expressar aqui que não é o nosso desejo inicial.

Todo mundo aqui tem senso de urgência.

Os que têm um mínimo de consciência sabem que esse tema não é mais como era três anos

atrás, um tema que apenas procurava combater a disseminação de mentira e de fake news.

Hoje o avanço do crime que é cometido no dia a dia da internet está ceifando vidas,

está tirando vidas de crianças, está levando o terror para dentro das escolas, está destruindo

a vida no nosso país.

Quem vai não deve ter sensibilidade com o que acontece no país.

Nossa bancada continua sensível ao tema, nossa bancada tem noção de urgência, mas

nós não vamos fazer nada, nós não faremos nada de forma assodada para dar vez a aqueles

que querem confundir a sociedade, confundir o plenário e transformar um tema tão importante

como um tema de disputa de governo e oposição.

Não é disputa de governo e oposição que tem colocado no texto e no relatório o deputado

Orlando Silva, é o essencial para regular as redes e para punir quem comete crimes e

punir aqueles que permitem que os crimes sejam conhecidos, cometidos

mesmo sabendo do seu conhecimento.

Então nós concordamos com o adiamento, vamos lutar para que mais adiante esse texto seja aprovado porque o Brasil necessita dele.

Deputado André Figueiredo.

Senhor presidente, da mesma forma que o líder Zeca de Seus posicionou, nós do PDT, inclusive dentro da bancada, somos 18 parlamentares e os 18 se manifestaram favoravelmente a votar o PL hoje e aprová-lo.

É um projeto imprescindível para o Brasil, mas também temos a compreensão, dito pelo deputado relator Orlando Silva, da necessidade de se ater às mais de 70 emendas que vieram depois, mais de 70 sugestões que vieram depois da aprovação da urgência semana passada.

Se quiséssemos votar de forma assodada semana passada, teremos votado e certamente essa matéria já teria ido para o Senado, mas queremos fazer com que esse projeto, pelo mérito que tem, que possa ser muito bem analisado e consequentemente essa casa, dar uma grande contribuição para que o Brasil não fique a mercê da proliferação de mentiras.

O PDT acompanha a retirada.

Deputado Boulos.

Presidente, em primeiro lugar, eu quero aqui repudiar a campanha vergonhosa que foi feita por corporações de internet inventando fake news sobre o PL da fake news.

Em segundo lugar, a cada dia que a gente fica sem votar esse projeto é permanecer a internet como terra sem lei.

Quando teve os massacres nas escolas, contra as escolas, na semana do massacre em Santa Catarina, o ministro da Justiça apresentou mais de 400 perfis ao Twitter de gente que estava estimulando o massacre e o Twitter se recusou a retirar porque não tinha lei.

Vai continuar esse vácuo.

Em terceiro e último, presidente, eu quero dizer aqui que também, para concluir, que a cada dia que essa casa tarda é um dia a mais que o Supremo vai tomar definições sobre esse tema.

E, apesar disso, para concluir, dizer que nós respeitamos o trabalho feito pelo relator

Orlando e, por isso, respeitamos o pedido dele de adiamento por mais alguns dias.

Deputada Jandira, deputado Fred.

Senhor presidente, nós estamos prontos para votar o projeto a qualquer momento que ele

seja colocado em pauta, inclusive hoje, porque entendemos a necessidade do combate ao crime

nas plataformas digitais.

São crimes que atingem crianças e adolescentes para além de todos os outros crimes nas plataformas e esse Congresso precisa afirmar a sua altivez contra a ingerência externa das big techs no funcionamento parlamentar.

No entanto, senhor presidente, nós precisamos dar continuidade ao belo e amplo trabalho do relator Orlando Silva.

E foi dele o pedido para concluir a construção do seu relatório. Portanto, nós não podemos negar a ele a conclusão do seu trabalho, que houve as bancadas, houve as sugestões e precisa concluir o seu trabalho a partir do seu contato, do seu diálogo com as bancadas.

Em respeito ao pedido do relator da...

O deputado Orlando Silva, nós concordamos em adiar a votação na data de hoje.

Deputado Fred.

Senhor presidente, eu particularmente votei a favor da urgência e acredito que todos parlamentares, os 503, são contrários a fake news.

Ninguém quer fake news.

Todavia, eu quero lembrar uma fala de JK.

Eu não tenho compromisso com o erro, tenho compromisso com o acerto.

O texto, muito embora o relator tenha se esmeirado, se esforçado, precisa ainda de ser muito aprimorado para que a gente não confunda fake com censura, censura com fake.

Portanto, o patriota é a favor do adiamento.

Está mais algum líder de partido?

Está aqui, presidente.

Algum líder de partido?

Deputado Adriana.

Presidente, nós desde o começo defendemos a criação de uma comissão especial para defender esse tema.

Hoje estamos prontos para votar na data combinada e temos 90 emendas que precisam ser definidas.

Então, somos favoráveis a votarmos hoje e no limite criarmos uma comissão especial para debater como se deve este projeto e essas 90 emendas.

O tema é complexo, o tema é polêmico e o plenário não está maduro para votar.

Muito obrigada.

Deputado Eduardo.

Presidente, a chance desse projeto proteger as nossas crianças nas escolas é tão grande quanto a entrega da Picanha prometida na eleição.

A gente sabe do esforço do relator Orlando Silva em modificar esse projeto ouvindo a vários partidos políticos.

Mas independentemente do que nós aprovamos aqui, ele vai para o Senado.

E da maneira que esse projeto vem do Senado, ele é muito ruim, seu presidente.

Eu aqui faço mais um apelo também para que há uma semana atrás, vocês estávamos falando

que esse projeto precisava de mais debate.

No entanto, fomos de certa maneira assodados, né, deputado Sotis, pela base governista

que queria votar sempre alegando que já havia sido aprovada a urgência.

Finalizando, a população que acompanha o processo aqui dentro do plenário está percebendo

que nem sempre quem vota a favor da urgência vota a favor do mérito do projeto.

Então dessa maneira, eu sou favorável de votar hoje o mérito desse projeto, mas se

V.

pelo poder de agenda assim não entender e optar pela retirada de pauta, pergunto se

seria possível a extinção do requerimento de urgência e se há, presidente, talvez

uma nova data para que a gente possa apreciar esse projeto.

Muito obrigado.

J.

Presidente, a oposição prefere que o acordo seja mantido, possamos votar hoje a urgência,

já foi amplamente debatido, a grande verdade é que ninguém quer fazer novas alterações,

eles querem mais tempo para conseguir votos oferecendo os 10 bilhões de menos parlamentares

que têm sido amplamente divulgados.

Eu quero aqui dizer, senhor presidente, que esse debate está sendo utilizado de uma forma

muito rasa, falando a respeito de massacre de crianças, o projeto vai muito além disso,

o projeto inclusive trata de direito autoral de artistas, de remuneração de empresas

jornalísticas e se esse mesmo ponto fosse aquele que eles quisessem que fosse aprovado

a questão de reprimir esses massacres de crianças nas escolas, deveríamos tratar somente dessa

pauta e não de matérias estranhas que não tem nada a ver com um PL de desinformação,

por isso queremos que ele possa ser votado hoje e se não for votado que possa dar uma

nova data.

Obrigado.

Bom, antes de passar a votação do projeto, eu vindo atentamente ao pedido do relator,

o pedido do relator para mim já é suficiente, os líderes na sua maioria também encaminham

por uma saída da manutenção do diálogo e portanto de ofício o projeto não será

votado na noite de hoje.

Passa-se a votação, lista de encaminhamento, todos a favor do

projeto 1084, todos abrem
mão do encaminhamento, sim para todo mundo.
Ah, eu queria falar.
Em votação, aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se
acham aprovados.
Em votação, as emendas de 1, 2 e 4, aqueles que forem pela aprovação
permaneçam como
se acham aprovados.
Em votação, redação final, aqueles que forem pela aprovação
permaneçam como se
acham aprovados, a matéria vai ao Senado Federal.
Deputada Nelly, como relatora, desejo usar da palavra.
Presidente, muito obrigada, eu quero agradecer a todos os nossos
colegas, agradecer principalmente
por ser relatora desse projeto, o primeiro projeto que eu relato
aqui na Câmara e eu
estou aqui para isso, representar Minas, representar o nosso país,
cuidar das mulheres, dar para
elas dignidade, as mulheres têm o direito de disputar, de participar
de esporte e ter
suas garantias.
Muito feliz com a aprovação desse projeto, muito obrigada.
Presidente, pela ordem, presidente.
Quer tempo de liderança, deputado?
Após pela ordem.
Primeiro, eu quero pela ordem.
Pela ordem.
Pela ordem, sim.
Pela ordem.
Pela ordem.
Então me justifique pela ordem.
Pela ordem é diferente de questão de ordem, vossa excelência entende
muito bem do regimento.
Então diga como é pela ordem.
Pela ordem eu não preciso citar nenhum artigo.
Onde é que tem o regimento?
Pela ordem.
Pela ordem.
Vários líderes pediram uma data vossa excelência.
Gostaria de saber se vossa excelência...
Não vou acertar a data no dia de hoje.
... é possível acertar a data com esse parlamento.
Não, não, não.
Eu não vou acertar a data no dia de hoje, deputado.
Sócio.
De liderança.
Projeto e lei número 1085 de 2023 do poder executivo de discussão em
turno único do
projeto e lei número 1085 de 23 que dispõe sobre igualdade salarial
e remunatória entre
mulheres e homens para exercistas a mesma função e altera a
consolidação da lei de trabalho
aprovada pelo decreto lei número 5452 de 1º de maio de 43, pendente
de parecer, das comissões

de defesa e direitos humanos da Constituição de Justiça e Cidadania.
Questão de ordem, senhor presidente.

Artigo 47.

Projinal, deputado.

Solicito o tempo de liderança para que o deputado Sócio nisso faça uso da palavra pelo PL.

O tempo de liderança, deputado Sostos.

Os deputados vão votar daqui a pouquinho o projeto que trata da igualdade salarial remuneratória

entre mulheres e homens para o exercício de função similar.

Deputado Sócio nisso cavalcante pela liderança do PL.

Com outros colegas, deputados, eu gostaria hoje de, no tempo de liderança do nosso partido,

neste início, me dirigir com muito respeito ao presidente da Casa Artulira, a quem pederia

vênia de sua atenção, seu presidente.

Seu presidente, eu sei que a Casa é agitada, mas eu gostaria de me dirigir ao presidente

da Casa com muito respeito e gostaria da atenção.

Eu sei que os colegas querem conversar com ele, mas eu gostaria de, na tribuna, eu estou

insistindo para poder me comunicar com o presidente.

Artulira, se eu conseguir os colegas um tempinho da presidência, eu sei que todos precisam

falar, me dirijo com muito respeito ao nosso presidente, que foi eleito com a votação

histórica nesta Casa, diga-se de passagem.

E, presidente, tudo isso por mérito de vossa excelência.

Vossa excelência se destaca nesta Casa ao longo de seus quatro mandatos como deputado

federal, como um homem pacifista, como um homem do entendimento, como um homem de palavra.

E é por isso que vossa excelência conseguiu, nesta última eleição, unir da direita à

esquerda e levar para o legado de um colega lagoano a história de um homem que passa

nesta Casa e consegue fazer um feito histórico.

Isso é muito importante.

E nós, esta Casa, sempre há de reconhecer.

Estou para dizer que o tempo irá passar e não existirá, talvez, um segundo Artulira

para fazer o feito que vossa excelência fez.

Gostaria de iniciar dizendo isso para dizer o que nutro de respeito e carinho por vossa

excelência.

Só que eu aprendi e, esta semana, eu vi que, ontem, seu pai, que no dia da sua reeleição,

inclusive todos vimos aqui condolidos que não esteve bem de saúde, completou aniversário.

E eu sei que, com os nossos pais, em especial com o seu, vossa excelência aprendeu tudo

que temos na vida.

E uma das marcas que eu tenho convicção que vossa excelência tem é ser um homem

cordato do diálogo respeitoso.

A função que vossa excelência ocupa e com todos os votos que obteve desta Casa, requer de vossa excelência cada vez mais esse espírito altivo que lhe é peculiar.

E é natural.

Nós somos seres humanos.

Quem nunca falhou na vida?

Quem nunca errou?

Apinal de contas, Jesus mesmo, na palavra de Deus diz, na Bíblia, quem nunca pecou, que atire a primeira pedra.

Quem sou eu para atirar a pedra em alguém muito menos em vossa excelência?

Ao contrário.

Agora, devo, com muita humildade, Sr.

Presidente, me dirigir com todo este respeito, dizer que o chip mudou.

Hoje a oposição está do lado de cá, vossa excelência compensou bastante o lado de lá na Legislatura passada.

Nós precisamos, e eu fiquei triste, ver uma tribuna hoje para abrir meu coração, para dizer que vi.

Eu sei que vossa excelência não fez por mal, porque eu conheço o coração de vossa excelência, mas vossa excelência fez uma crítica ao líder do PL, ao timeu na semana passada, de descumpridor de acordo.

Isso não foi correto.

Deixou a minha pessoa triste, deixou a nossa bancada triste, e nós somos solidários com o nosso líder.

Nós vimos vossa excelência caçar a palavra, não deixou ele continuar falando, do líder da frente parlamentar evangélica.

Sabe por que hoje não se votou o PL da fake news?

Porque o deputado Elis sequer foi para o seu estado e passou o fim de semana em Brasília

ligando para deputados e se colocasse para verdê, para votar, esse PL hoje seria derrotado.

Não colocaram para votar porque sabe que iam perder.

Então presidente, eu quero aqui abrir o meu coração de dizer da minha tristeza que essas

não são características de vossa excelência.

Características de vossa excelência são totalmente a verso ao que vimos na semana passada.

Neste tempo de liderança, gostaria só de trazer essa reflexão com todo o respeito

à sua presidência, porque nós continuaremos sendo bem presididos por vossa excelência

como sempre foi.

Agora, precisamos que o partido liberal, a nosso líder, as nossas

lideranças, sejam
respeitados por essa presidência, que a semana passada,
lamentavelmente acho que por ânimos
acirrados, por questões pessoais, talvez não houve isso com os
nossos colegas.
Eles não me pediram para vir falar, eu não gostaria que eles se
sintam mal, mas me sinto
no dever de, por ser solidário aos meus colegas, colocar desta
forma.
Colegas, termino dizendo ao Brasil, sabe por que o PL da fake news
não foi pautado hoje?
Porque aqui nesta Câmara tem uma bancada de deputados conservadores
de direita que
não vão aceitar censura neste país.
Nós vamos continuar, nós vamos continuar a luta.
E não é STF, escutem bem, não é o STF, não será o STF que vai passar
pito em deputado
para votar o que eles querem.
Aqui nós temos mandato e nós vamos nos fazer respeitar.
Queremos, há problemas comerciais entre as big techs e empresas,
estamos dispostos a
dialogar para resolver, mas não nos venham querer enganar com
história de fake news.
E se impor enquanto aqui estamos votando, ministro do STF vai do
outro lado para querer
intimidar deputado, isto aqui não vai funcionar.
Isto aqui é democracia, isto aqui é parlamento e as instituições
democráticas deste país
precisam respeitar a independência dos poderes.
Quero deixar este recado claro, respeitamos o Supremo Tribunal
Federal, respeitamos o Executivo,
mas não desrespeitem o Parlamento.
Obrigado.
Deputado Sostens, Plenário, amigos que defendem a liberdade.
Deputado Sostens, com a mesma atenção eu queria que se ouvisse uma
esclarecer a pequena
parte da sua fala.
Não é fácil para mim, olhando para os 464 eleitores daqui de cima,
tomar posições
que só lhe agradem ou só agradem do outro lado.
É muito difícil estar aqui no Plenário e o senhor viu que na sua
fala ninguém lhe esculhambou
do lado de cá, mas o senhor estava ali aplaudindo quem vaiava, um
companheiro que usava o tempo
de liderança para expressar o que ele pensa.
Eu só estou, eu lhe ouvi agora o senhor vai querer fazer um debate?
Não, não.
Agora o senhor me desculpe.
Agora o senhor me desculpe.
Não, o senhor fez porque eu vim daqui.
Deputado Sostens, aplaudiu, aplaudiu quem vaiou.
Deputado Sostens, se o senhor me permite então a gente encerra a
discussão, não tem problema
eu lhe respondo no privado.

Eu estou sendo, porque eu vi o senhor fazendo aqui.
O senhor como membro da mesa tem que entender que eu permiti que o senhor falasse, para o senhor falar o que eu sabia que o senhor ia dizer, porque vieram me avisar, pela liberalidade do tratamento que eu tenho de amizade com a vossa leença, porque como membro da mesa o senhor não podia usar o tempo do PL.
O deputado requisitou ali o tempo de liderança por uma questão de ordem, ele disse não precisa, ele vai falar.
Então o que eu quero deixar claro é o seguinte, vocês não podem me aplaudir quando eu cumpro o regimento e pauta a CPI do MST.
Vocês não podem me aplaudir quando eu cumpro o regimento e disse que pautaria o marco temporal se o Supremo pautasse lá o marco temporal no Supremo.
Também não posso ser criticado porque defendo que essa casa se posicione, independente do mérito a respeito de um problema que afeta mais os senhores do que a oposição ou a situação de hoje.
Quais foram os deputados que tiveram as suas contas suspensas?
Deputado Autônio ainda está com a conta suspensa por falta de legislação.
Então essa casa sempre foi acostumada, deputado Sostens, a discutir temas e eu nunca fugi disso.
Na reunião da mesa da minha residência, da residência da Câmara dos Deputados, na semana passada nós fomos discutir ideias, como hoje da mesma forma, textos.
É esse que o relator está pedindo hoje, mais tempo para discutir, texto.
O tempo que nós queríamos porque o acordo caiu na semana passada, nós poderíamos ter votado esse projeto no outro dia, a urgência foi aprovada na terça.
Nós tínhamos os oito dias para que as big techs fizessem o horror que fizeram com a Câmara Federal.
E eu não vi aqui ninguém defender a Câmara Federal.
Num país com o mínimo de seriedade, Google, Instagram, Facebook, TikTok, todos os meios, rede Globo quem quiser, todos os meios tinham que ser responsabilizados.
Você vai ver em todos, como é que você tem aqui, num site de pesquisa, um tratamento desonroso com essa casa que está vendendo e votando coisas contra a população brasileira.
Então, eu não tenho juízo de mérito, eu não estou defendendo o textual, o texto
B.
Nós estamos defendendo que se construa texto.
A partir do momento que a gente chegou numa discussão que não se

constrói texto, Luiz,
eu concordo com o absurdo, cada um pode dizer.
A gente só tem que respeitar a fala do outro nesse plenário.
Enquanto não respeitar a fala do outro nesse plenário, nós não vamos ter paz.
Então, bata na Globo, Luiz, bata na Globo, bata na Globo da tribuna, você tem voz e vez, eu não vou discutir.
Só estou aqui dizendo aos sóstids, que eu quero que fique claro, deputado sóstids, que o mesmo cuidado, carinho e atenção nós temos.
Não é fácil conduzir o plenário nesse clima de acirramento.
Eu estava sendo agora cobrado por deputados porque determinados processos não foram para a Comissão de Ética, todos.
As apresentações foram e irão para o Conselho de Ética, para que essa casa tenha rumo.
Então, mais uma vez, nós temos que nos acostumar nesse plenário, nesse início de legislatura, a discutir ideias.
Desce o cacete nas ideias, suba o tom do debate, mas vamos parar com esses achincalhos de parte a parte, porque isso não vai levar a gente a discutir em nenhum tipo de votação.
Então me desculpem pelo desabafo, essa conversa nós vamos ter ainda pessoalmente, mas deixar bem claro que a fala de vossa elência foi uma liberalidade da presidência pelo que o senhor representa para esta casa, para a bancária evangélica, para os conservadores de direita, como cargo de vice-presidente, não era permitido que vossa elência usasse o tempo de liderança para falar no plenário desta casa.
Nós demos e ouvimos, as críticas são bem-vindas, mas nós vamos encontrar um caminho do meio para sairmos dessa situação e o tempo é primordial para isso.
Se o juiz não chegar, paciência, nós vamos ter o resultado que o Brasil esperou e merece.
Há requerimento sobre a mesa de... requerimento de votação pelo processo nominal, do requerimento de retirada de pauta, eu dou de ofício.
Portanto, há o requerimento de retirada de pauta, com votação nominal, para encaminhar a favor do requerimento, deputado Gilgortz.
Houve um acordo entre os partidos.
Espera aí um minutinho.
Presidente, o retirado de pauta do PL?
Nós fizemos um acordo, o PL vai retirar toda a obstrução, se reservando direitos de votar contrariamente ao projeto, mas vamos retirar a obstrução, tendo em visto o acordo em que os nossos destaques foram atendidos.
Muito obrigado, deputada Bia.
Retirada o destaque do PL para oferecer, parecer ao projeto, as

emendas em plenário
número 1 e 2, pelas Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher de Trabalho e de Constituição
e Justiça e Cidadania, concedo a palavra deputada Jacque Rocha.
Presidente, tenho pedido de retirada de pauta do novo.
Perdão, eu não tinha...
Perdão, deputado Gilson, eu não tinha sido informado.
Requerimento de retirada de pauta.
Presidente, só um esclarecimento, presidente.
Eu estou sendo informada aqui, queria ver com a relatora, que um dos nossos destaques que
foi objeto de acordo, que era retirada da previsão de uma liminar satisfativa, que tanto o PL
como a União não concordam, e que no acordo foi de ter sido retirado, estamos sendo informados
que ele permanece no texto.
Eu só queria checar com a relatora se foi atendido.
Enquanto o deputado Gilson encaminha o projeto de retirada, vossa elênciã conversa com a
relatora.
Sem prejuízo de que se quiser voltar com o requerimento de vossa elênciã, só para
o deputado Gilson encaminhar e o Provincial do PL tem prioridade.
Deputada Jacque.
Senhor Presidente.
Presidente, presidente Lira, é só para fazer um registro, eu tenho que reconhecer a defesa
do deputado Sostres.
Eu sei da luta dele, eu sei da disposição de vossa sede de Arno e fazer um pedido aqui.
O Brasil espera que essa casa de fato acente com tranquilidade como pedimos a semana passada
e foi o meu esforço para que de fato a gente dê ao Brasil uma sensação de que temos liberdade.
Obrigado.
Agradeço ao pastor Sostres também por me citar aqui no parlamento.
Deputado Gilson.
Obrigado presidente.
Presidente, esse projeto 10/85/2023, ele tem o objetivo nobre, que é de equilibrar, ter
uma exonomia salarial entre homens e mulheres.
No entanto, esse fato, esse ponto já é constitucional deputado Luiz Felipe, está no artigo 5º inciso
30 da Constituição Federal.
Como se não bastasse, também está no artigo 461 da CLT.
No Brasil já é obrigatório o salário igual entre homens e mulheres que desenvolvem a
mesma função.
Por outro lado, o que inova esse projeto em dois pontos?
Primeiro, ele cria uma exigência de relatório de transparência salarial para empresas que
alcançam 20 salários mínimos, ou seja, se tem 19 não precisa, se tem 20 precisa.
E além disso, ele se pula uma multa de 10 vezes o salário, se acaso

for constatado alguma irregularidade que, obviamente, será possível de se constatar no dito relatório.

E, em caso de reincidência, a multa pode ser elevada em 100%.

Qual é o problema desse projeto?

De que o fim que se espera pode, infelizmente, se voltar contra as mulheres, na medida em que o empregador vai ficar extremamente temeroso de contratar novas mulheres, porque ele vai ter temor de levar essa multa exorbitante.

Lembrando que esse projeto não exige qualquer tipo de comparação ou equiparação, tanto de experiência como de formação.

Basta o cargo ser igual, o que é muito ruim, porque o salário da mulher pode não ser elevado porque o do homem também não é.

É muito ruim nivelar por baixo.

Nós também queremos que o salário das mulheres, assim como dos homens, seja o superior.

Mas a gente só vai conseguir fazer isso com a facilitação do empreendedorismo, facilitação de contratação de novas pessoas e, principalmente, das mulheres. Fazendo com que a lei desse tipo for aprovada, nós vamos inibir, infelizmente, a contratação de mulheres.

E sem contratação, obviamente, elas jamais vão conseguir, infelizmente, a receber o que os homens recebem.

Por conta disso e para melhorar o fim que esse projeto pretende, nós gostaríamos que ele fosse retirado de pauta.

Muito obrigado, presidente.

Presidente, com base nos artigos 9 e 23, parágrafo único, do artigo 26, parágrafo segundo, do artigo 33, regimento interno da Câmara dos Deputados, formula presente questão de ordem.

No que se refere à composição das comissões em vaga de rodízio, o regimento da Câmara regulamenta que as vagas cabem aos partidos e blocos parlamentares, conforme ao artigo 23.

Ou seja, o regimento é explícito ao determinar que bancadas partidárias, quais sejam, representam nações ou bloco partidário, conforme ao artigo 9, possuem vagas nas comissões, independente de composição como liderança.

As vagas nas comissões são destinadas às representações partidárias ou aos blocos, e não às lideranças partidárias.

Ainda cumpre e pontuar que o parágrafo terceiro, do artigo 26, do regimento interno da Câmara dos Deputados, garante inclusive que deputados sem legenda partidária, ou quando essa não

possui, não possa concorrer às vagas existentes pelo cálculo de proporcionalidade partidária, têm garantido direito de integrar as comissões. O rodízio é garantido em comissões temporárias, qual afirma o parágrafo segundo do artigo 33, no qual a Constituição das comissões temporárias observasse o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os partidos ou blocos parlamentares possam fazer-se representar. Por quanto resta comprovado que afirmar que o Partido Novo não tem direito à vaga na CPMI não subsiste, tendo em vista o direito garantido de forma explícita no regimento interno da Câmara dos Deputados. A questão de ordem é no sentido de corroborar o entendimento aqui firmado e fazer cumprir o artigo 17, inciso 6º, a linha G do regimento, que cabe ao presidente garantir e zelar pelo prestígio e decoro da Câmara, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros, garantindo a vaga de rodízio do Novo na composição da CPMI do dia 8 de janeiro, assim como nas CPIs já lidas na Casa. Presidente, muito obrigada.

O presidente foi aplicado a ordem de presença de tem os governos.

O presidente foi aplicado a ordem de presença de presença de presença de presença de presença